



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 22, de 2014, de minha autoria, com a finalidade de debater e analisar o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Alimentos para o Brasil, sua operacionalidade e ações previstas para disponibilização dos recursos ao produtor rural, com a presença do Exmº Sr. Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de fazer algumas colocações.

Hoje comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente, que, neste ano, tem como foco preservar os oceanos e evitar o aumento do nível do mar. Essas datas pontuais servem para nos manter alertas sobre a importância dos temas abordados, mas a proteção do meio ambiente é uma ação, uma atitude que temos que ter presente no nosso cotidiano.

O Dia Mundial do Meio Ambiente é uma oportunidade para reflexões importantes. Como estamos contribuindo para a proteção do meio ambiente? Será que estamos fazendo a nossa parte como cidadãos ou profissionais? E como as atividades produtivas e os mercados estão inseridos nesse processo?

Reconhecido internacionalmente como referência na área ambiental, o Brasil conseguiu reduzir fortemente o desmatamento ilegal na Amazônia nos últimos anos e tem demonstrado grande capacidade de combinar a proteção da natureza com a redução da pobreza, o aumento da produção agrícola e o crescimento econômico.

O Brasil é o país que mais reduziu a emissão de gases que provocam o efeito estufa do Planeta, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Este esforço precisa ser reconhecido como um ativo da sociedade brasileira, numa futura negociação legalmente vinculante de obrigações com todos os países.

Ações pontuais e políticas de longo prazo começam a dar resultado. Prova disso é que o Brasil compensou sete vezes mais do que o estimado para as emissões diretas de gases de efeito estufa geradas pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no País.

Na agricultura, o Brasil também tem dado bons exemplos de práticas sustentáveis, como a Agricultura de Baixo Carbono, sistemas agroflorestais e o crescente desenvolvimento da agricultura familiar.

Nesse, sentido, considero muito oportuna a homenagem que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), presta aos pequenos e médios agricultores de todo o mundo neste ano de 2014, escolhendo-o como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Essa homenagem,



que foi incorporada à agenda do Senado Federal, numa sessão solene realizada na terça-feira, somando-se aos diversos eventos que serão promovidos ao longo do ano pelo Poder Público, associações, cooperativas, empresas e pelos próprios agricultores, certamente vai aumentar a visibilidade mundial para a importância da agricultura familiar, destacando sua função essencial de colocar alimento na mesa da população mundial, que cresce de forma exponencial, bem como o seu papel na provisão da segurança alimentar e nutricional das nações, na erradicação da fome e da pobreza, e no desenvolvimento regional sustentável.

Eu costumo dizer que toda agricultura é familiar, pois independente do tamanho da propriedade, são as famílias que tocam as lavouras e os negócios no campo. No entanto, existe o enquadramento técnico para o conceito de agricultura familiar, restringindo-o, no Brasil, ao cultivo da terra, realizado por pequenos proprietários rurais, com áreas de até quatro módulos fiscais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

De todo modo, apesar da limitação do conceito, a agricultura familiar é hoje a base que sustenta a agropecuária brasileira e mantém a dinâmica social e econômica do meio rural. Ela é responsável por cerca de 10% do PIB Nacional, corresponde a 40% do valor bruto da produção agropecuária, e a mais de 74% da mão de obra ocupada nas propriedades rurais do Brasil.

Por conta disso, responde por quase 80% dos alimentos na mesa dos brasileiros.

Em todo o mundo, a agricultura familiar e de pequena escala estão intimamente vinculadas à segurança alimentar, contribuindo para uma alimentação balanceada e para o uso sustentável dos recursos naturais.

A agricultura familiar representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades.

Portanto, terá um papel fundamental no futuro do Planeta, que deverá ter 9 bilhões de habitantes até 2050.

Para dar conta de alimentar a crescente população mundial, a FAO estima que a expansão da área destinada à produção de alimentos seja de 144 milhões de hectares, sendo 107 milhões em países em desenvolvimento e outros 37 milhões nos países desenvolvidos.

Neste cenário, o Brasil e toda a América Latina possuem o maior potencial de crescimento, e, possivelmente, se tornarão os principais produtores de alimentos do mundo. Já estamos nesta tendência, visto que a produção de grãos na América Latina e Caribe cresceu 8,8% em 2013, alcançando 222 milhões de toneladas. Só o Brasil foi responsável por 187 milhões de toneladas.

A agricultura familiar certamente terá um papel importante na expansão de alimentos no mundo e, por isso, a importância de refletirmos e de planejarmos bem esse crescimento.



O Estado de Rondônia é, por excelência, o Estado da Agricultura Familiar, pois foi um Estado colonizado pelo Incra, na mais ampla proposta de reforma agrária já realizada pelo Governo brasileiro, seguindo o modelo de pequenas propriedades, que persiste até os dias atuais. Hoje, 74% da produção agrícola de Rondônia vem da agricultura familiar.

Portanto, este é um segmento que tem que ser reconhecido e valorizado.

Aqui no Brasil, mesmo com a tendência de concentração da produção nas mãos de poucos grupos agroindustriais, principalmente no que diz respeito aos grãos e à produção de proteína animal, a agricultura familiar se mantém forte, graças, principalmente, às políticas públicas adotadas com mais vigor a partir de meados da década de 90 do século passado.

A partir desse momento, a agricultura familiar passou a ganhar mais espaço na agenda da gestão pública, tornando-se uma categoria reconhecida econômica e politicamente.

O Estado brasileiro reconheceu as especificidades e demandas deste segmento social, primeiro, através da criação do Pronaf, por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, de junho de 1996. E, depois, através de um ato que lhe conferiu legalidade, com a promulgação da Lei 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar.

Foi com o lançamento do Pronaf que a agricultura familiar brasileira passou a ganhar relevo, e o programa se tornou referência para um conjunto mais amplo de questões relacionadas ao próprio desenvolvimento rural.

Neste ano de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou investimento recorde na agricultura familiar. Serão R\$24 milhões para financiar a agricultura familiar por meio do Pronaf.

Esse valor é 14% superior ao da safra anterior e dez vezes maior que o valor aplicado na safra 2002/2003, no início do governo Lula.

Uma novidade desse plano é o Pronaf Produção Orientada, para o agricultor financiar a produção sustentável de alimentos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Essa é uma reivindicação que realizamos em nossas discussões na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que a distribuição dos recursos do Pronaf, segundo dados do Banco Central, eram feitas de forma desigual no Território nacional.

Num primeiro momento, o Pronaf se concentrou basicamente na Região Sul, sendo que, em 1996, 78% do total de contratos e 65% dos recursos eram destinados a essa região.

Estes percentuais podem ser explicados devido à maior organização e capitalização dos agricultores familiares nesta região, mas vão contra o princípio do Pronaf de reduzir as desigualdades sociais e regionais no País.

Nos primeiros 13 anos do Pronaf, pouca coisa mudou, pois, em 2009, a Região Sul tinha 50% dos contratos, enquanto a Região Norte tinha apenas 6% dos contratos e 7% dos recursos.



Portanto, com essa nova linha de crédito apresentada agora pela Presidenta Dilma, os agricultores da Região Norte, em especial do nosso Estado de Rondônia, terão mais facilidade para contratar financiamento, pois foram consideradas algumas características regionais para as quais chamamos a atenção durante muito tempo aqui neste plenário e na Comissão de Agricultura, que é a regularização fundiária na Amazônia Legal. Ou seja, sem o título de propriedade da terra o agricultor não tem acesso ao crédito e fica à margem do processo produtivo.

Para esse Plano Agrícola 2014/2015, a nova linha de crédito para a Região Norte atenderá os assentamentos, ou seja, os agricultores que ainda não possuem o título definitivo de propriedade da terra poderão ter acesso ao Pronaf.

Para isso, é preciso que o produtor tenha a Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP, uma espécie de aval do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que pode ser retirada nas Prefeituras ou sindicatos de trabalhadores rurais. O mais importante dessa medida é que os assentados que estão na propriedade há mais de dois anos serão incluídos no processo produtivo e no sistema de crédito.

O Pronaf para a Região Norte também vai contemplar, por exemplo, sistemas agroflorestais, hortaliças em cultivo protegido sem uso de agrotóxicos, e a produção de alimentos saudáveis baseada na agroecologia.

Portanto, aquelas questões que gostaríamos de ver melhoradas no Pronaf, principalmente no que diz respeito à distribuição geográfica dos recursos, começam a ser corrigidas pelo Governo Federal. Digo isso porque, em algumas regiões do País, como na Amazônia Legal, onde o nível de organização dos pequenos produtores rurais ainda é baixo, não adianta apenas oferecer crédito, é necessário a complementaridade com programas de qualificação, assistência técnica, orientação e organização dos agricultores.

O Governo está descentralizando a distribuição de recursos do Pronaf e aprimorando estratégias para fomentar a organização do agricultor familiar por meio de cooperativas, associações e empresas que possam reorganizar toda a cadeia produtiva da agricultura familiar, na Região Norte, e em particular no nosso Estado de Rondônia.

No que diz respeito à Assistência Técnica, a regulamentação da Anater, que ocorreu juntamente com o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, nos enche de expectativa, uma vez que ela poderá ser estruturada durante este ano e já executar parte do orçamento para assistência técnica.

Hoje, entre 15% e 20% dos agricultores têm algum tipo de assistência técnica. Isso é pouco e nosso desejo é a universalização da assistência técnica para a agricultura familiar.

A maior parte do orçamento federal para assistência técnica neste ano, mais de R\$ 800 milhões, é para a agricultura familiar e a reforma agrária. A expectativa é que este orçamento seja executado e atenda 1,2 milhão de agricultores.



Somando a parceria com as EMATERs, com a qualificação de extensionistas, possivelmente 2 milhões de agricultores sejam atendidos. A ampliação desse serviço é necessária e será muito positiva para a nossa agricultura familiar. Creio que estamos no caminho certo e iremos alcançar as metas estabelecidas.

O resultado esperado é que o agricultor consiga produzir mais e melhor, com sustentabilidade, mais renda, e tenha condições de colocar seus produtos no mercado com ganhos significativos para manter um padrão de vida digno e assim contribuir para o fortalecimento de toda nossa agricultura.

Neste sentido, as discussões que teremos neste Ano Internacional da Agricultura Familiar devem servir para reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover uma mudança rumo a um desenvolvimento mais equilibrado e equitativo.

Precisamos promover uma ampla discussão e cooperação no âmbito nacional, regional e global para aumentar a conscientização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam e ajudar a identificar maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares.

**** QUARTO 4 - Rev.: Maria Rita Soares de Andrade ****

Nesse sentido, é muito oportuna a presença do Ministro Miguel Rossetto, do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que fará um detalhamento do Plano Safra 2014/2015 e, certamente, também o fará em relação ao desempenho da agricultura familiar nos últimos anos, bem como falará da perspectiva que temos agora, no Ano Internacional da Agricultura Familiar, para os próximos anos.

Coloco, mais uma vez, que este é o Ano Internacional do Meio Ambiente, e sabemos o avanço que nós tivemos, Senador Moka, com relação ao nosso País, que mantém o aumento da produtividade sem diminuir a preocupação com o meio ambiente. Nós conseguimos aumentar a produção agrícola e aumentar também o cuidado com o meio ambiente. Essa é a realidade brasileira e que, nós sabemos, não é a realidade dos países mais desenvolvidos. Eles não aumentam a produção agrícola, mas também não têm nenhuma preocupação com o meio ambiente. Ao contrário, o Brasil tem a preocupação em aumentar a produção agrícola e também em cuidar do meio ambiente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Hoje, dia 5, é o Dia... V. Ex^a mencionou o ano, mas é o Dia Internacional do Meio Ambiente, 5 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Dia Internacional do Meio Ambiente. Hoje é o dia Internacional do Meio Ambiente, e o Brasil tem muito a comemorar neste dia especial, Dia do Meio Ambiente.

O Senador Moka gostaria de fazer alguma colocação?



O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Fora do microfone.) – Vamos aguardar o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Aguardar o Ministro?

Agradeço a presença do Ministro Miguel Rossetto conosco, e convido-o para sentar à mesa.

Bom dia, Ministro.

Eu estava aqui, Ministro, fazendo um balanço da história da agricultura familiar brasileira e colocando a importância do meio ambiente para o nosso País. Hoje é o Dia Internacional do Meio Ambiente, e o Brasil tem muito a comemorar. Aumentamos a produção agrícola, com a responsabilidade ambiental. E nós aqui, da Comissão de Agricultura, temos essa preocupação com o meio ambiente.

Agradeço a presença de V. Ex^a conosco, e já lhe passo a palavra para que V. Ex^a possa falar sobre o Plano Safra 2014/2015, com um investimento recorde na história do nosso País para a agricultura familiar.

Agradeço, mais uma vez, a sua presença e passo a palavra a V. Ex^a.

Convido também, para compor a Mesa, o presidente do Incra, Dr. Guedes de Guedes, que já esteve, por várias vezes, aqui na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, debatendo vários assuntos, principalmente quando estava à frente do programa Terra Legal, discutindo a regularização fundiária na Amazônia.

Seja bem-vindo, Dr. Guedes.

Passo a palavra, então, ao Ministro Miguel Rossetto.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Senador Acir, um grande abraço.

Sr^a Senadora e todos os Senadores aqui presentes, que nos acompanham; assessores, Imprensa, lideranças que estão conosco aqui nesta manhã, desde já, quero agradecer pelo convite feito pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para que nós pudéssemos compartilhar o conjunto de medidas anunciadas recentemente pela Presidenta Dilma Rousseff, naquilo que se refere ao novo Plano Safra 2014/2015 para o nosso País.

É importante registrar que o conjunto dos recursos que foram anunciados totalizam R\$180 bilhões! Nós estamos falando do Plano Safra para o conjunto da agropecuária brasileira. São investimentos recordes na história do nosso País, e este número, R\$180 bilhões, traduz o compromisso da Presidenta Dilma Rousseff com a ampliação, o apoio à produção agropecuária do nosso País.

Desses R\$180 bilhões que compõem o conjunto dos investimentos com que vamos sustentar o custeio e os investimentos agropecuários do nosso País, R\$24,1 bilhões foram destinados à agricultura familiar e à agenda da reforma agrária.



Portanto, é sobre isso que nós falar, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, mas antes, brevemente, eu gostaria de me associar à lembrança, à homenagem e ao compromisso, à reafirmação de compromisso, por conta do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Quero saudar o Congresso Nacional, na medida em que o Brasil, com a aprovação do Código Florestal, cria um marco estratégico para o nosso País, preserva o País numa posição de vanguarda em relação à agenda ambiental em escala mundial e cria um instrumento operacional objetivo, em andamento, que é o Cadastro Ambiental Rural, que vai permitir, sem dúvida nenhuma, um ambiente produtivo, um ambiente em que nós possamos não só assegurar a segurança jurídica necessária, as propriedades a um ambiente produtivo agropecuário no País, mas dotar o País do extraordinário instrumento de planejamento produtivo e ambiental.

Portanto, eu penso que recuperar, aqui, o trabalho importante e estratégico que o Congresso Nacional conclui no período recente em relação ao Código Florestal é uma referência justa e é uma reafirmação do compromisso do País em escala mundial.

Portanto, parabéns ao Congresso Nacional por esse tema.

Eu gostaria de, rapidamente, portanto – Senadora Ana Amélia, bom dia –, iniciar a minha apresentação.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Eu quero, se o senhor me permite, Sr. Senador, informar a presença do Secretário-Executivo do Ministério, Sr. Laudemir Müller, que está aqui conosco, também, e vai acompanhar e colaborar nesta apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Seja bem-vindo, Müller.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Eu vou, se os senhores me permitem, fazer uma apresentação, eu diria, numa velocidade expedita e, obviamente, nós paramos, dialogamos, porque eu tenho consciência da agenda dos senhores.

A ideia, portanto, eu fiz referência... A Presidenta Dilma Rousseff anuncia, recentemente, o conjunto de R\$180 bilhões para financiar o Plano Safra 2014/2015.

São números extraordinários, importantes, que traduzem o compromisso do Governo Federal e a expectativa de ampliação da produção.

A referência fundamental, que é o desafio de todos nós, e o Congresso tem acompanhado isso *pari passu*, em relação ao conjunto de legislações e atualização, é fazer com que a nossa produção agropecuária acompanhe as necessidades da sociedade brasileira, uma sociedade que vem mudando, e mudando muito, e, ao mesmo tempo, sustente a produção, um padrão de excedentes exportáveis que tem colaborado com a alimentação de povos irmãos e, obviamente, beneficiado a economia nacional.



O País, ao longo dos últimos anos, tem realizado mudanças importantíssimas.

Uma referência fundamental é a alteração da condição de renda de parcela importante da nossa população: 36 milhões de brasileiros saíram da pobreza nesses dez anos; 42 milhões mudaram de classe; houve um aumento real do salário mínimo de 70%, nesses últimos anos; e quanto à cesta básica, o salário mínimo praticamente dobra a sua capacidade de compra. O povo brasileiro, portanto, vive melhor, se alimenta melhor, tem novas necessidades, e é tarefa do setor produtivo abastecer com alimentos de qualidade a sociedade brasileira. Um exemplo que nos parece muito importante é o do consumo do leite: nos últimos 11 anos, 54,5% de aumento. E nós somos capazes de atender a esse aumento. Crescemos mais que a demanda, reduzimos a importação e hoje somos praticamente autossuficientes na produção leiteira do nosso País e nos preparamos para criar condições de exportar o excedente da produção leiteira do País. A agricultura familiar tem respondido pesadamente, de uma forma positiva, a essas necessidades e hoje responde por 58% dessa produção. É essa referência que faz com que a gente pense, trabalhe, opere o futuro a partir do atendimento prioritário das demandas da sociedade brasileira por alimentos e, obviamente, sustente essa capacidade de geração de excedentes como temos sustentado ao longo dos últimos anos.

Quando nós nos desafiamos a pensar 2014 e 2015, nós temos que responder a essa demanda e acompanhar essa trajetória que o País vive nos últimos anos e que os senhores acompanham, participando ativamente desse processo.

Ao longo dos últimos anos, nós demos um salto extraordinário em relação aos volumes financiados para a agricultura familiar, para toda a agropecuária, mas em especial para a agricultura familiar. Saímos de uma execução de R\$2,3 bilhões, em 2013, e estamos encerrando o Plano Safra 13/14 com execução integral de R\$21 bilhões. São esses investimentos e, obviamente, o enorme esforço e trabalho dos nossos produtores que têm permitido que o Brasil acumule recordes de produção de grãos. Nós estamos chegando à produção de 190 milhões de toneladas de grãos e sinalizamos, para a próxima safra, para a produção de 200 milhões de toneladas de grãos no nosso País.

Este conjunto de investimentos hoje é possível por conta do esforço de nacionalização do Pronaf e dos instrumentos de crédito agrícola. Nós, ao longo dos últimos anos, construímos um ambiente de nacionalização e hoje produtores e agricultores de 98% dos Municípios brasileiros têm acesso a crédito, 5.454 Municípios dispõem de crédito do Pronaf. É isso que tem permitido esse crescimento importante da nossa produção e a garantia de uma execução eficiente das nossas políticas.

Por favor.

Assistência técnica. Tem sido um desafio permanente levar conhecimento, levar tecnologia, levar produtividade, levar as melhores práticas produtivas para os nossos agricultores e produtores. Esta é uma referência



importante do esforço que estamos fazendo, que o País faz. Nós saímos de um desempenho de 56 milhões, há 12 anos, e hoje estamos executando 945 milhões de recursos do MDA. Quando nós somamos, agregamos os recursos do Ministério da Agricultura, do Ministério da Pesca, do Ministério da Integração, nós chegamos a R\$1,1 bilhão de recursos que estão sendo investidos nas diversas instituições nacionais para expandirmos os programas de conhecimento e assistência técnica. O número é muito importante e traduz o valor estratégico que o nosso Governo empresta a programas dessa natureza.

A partir dessa ideia, desse ambiente, dessa história de crescimento, de expansão e de diálogo profundo com produtores e agricultores, nós operamos e construímos o Plano Safra 14/15. O objetivo fundamental que nós estamos perseguindo é aumentar a produção de alimentos, gerar mais renda no campo e criar e colaborar para um ambiente de estabilidade de preços para todos os consumidores. Esses são os referenciais fundamentais que orientam a posição do Governo Federal em relação ao novo Plano 14/15. Nós estamos assegurando, portanto, para a partir de 1º de julho de 14, recursos da ordem de R\$24,1 bilhões. São recursos 14,7% maiores que a safra cuja execução estamos concluindo a execução e dez vezes maior do que foi executado.

E me parece um símbolo, um esforço importante do Governo Federal a manutenção das taxas de juros. Nós estamos mantendo as taxas de juros que estão sendo executadas, são taxas que ficam na ordem de 0,5% a 3,5% para os agricultores, e 4% para as cooperativas. Todos eles, portanto, são juros negativos e são juros subsidiados pelo Governo Federal. O objetivo fundamental deste dinheiro barato, obviamente, é estimular a produção de alimentos e assegurar renda, mais renda para o nosso agricultor, para o nosso produtor.

A experiência dos últimos anos e o diálogo que temos produzido têm estimulado a inovação de linhas de crédito e permitido que nós possamos melhorar essa capacidade de atendimento das demandas que as diversas realidades regionais nos oferecem, através dos diversos movimentos sociais, sindicais, cooperativas; Governos estaduais demandam ou apresentam propostas.

Uma das novidades importantes que achamos que têm um forte potencial de expansão de investimentos são linhas de crédito orientadas, especialmente nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. São as regiões mais carentes no nosso País, são as regiões que exigem o fortalecimento de uma cultura produtiva, de uma cultura de organização econômica e são regiões abastecidas por fundos constitucionais importantes.

Nós operaremos, a partir de 1º de julho, uma linha de crédito até R\$40 mil para investimento, e queremos orientar rotas de investimento para essas regiões. E a grande novidade é que essas linhas de créditos que nós queremos têm um acompanhamento dedicado de assistência técnica, para que nós possamos assegurar uma assistência técnica para projetos qualificados de tal forma que eles tenham melhor capacidade de sucesso, melhor capacidade de resposta.



E o que nós estamos assegurando é que, em caso de adimplência desse produtor, desse tomador de empréstimo, a assistência técnica passe a ser gratuita. Nós queremos, com isso, estimular uma boa relação entre o agricultor, o produtor e o profissional que vai emprestar e vai acompanhar esse programa.

Os investimentos que nós queremos são basicamente orientados por aquelas rotas, e os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras acompanham essa realidade. Eu faço referência muito rápida aqui a duas situações exemplares que nós queremos colaborar para a reversão. Por exemplo, nós ainda vivemos em grandes centros metropolitanos, capitais, em que grande parte do abastecimento é feito por outros Estados, Cuiabá e Marabá, por exemplo. Grande parte da produção que abastece os mercados, o mercado diário de Cuiabá vem de centros como São Paulo e Goiás.

Nós achamos que é muito razoável, que é possível os produtores regionais, os produtores que convivem nessa região serem estimulados a abastecerem essas regiões. Significa mais renda, mais desenvolvimento e, obviamente, significa preços mais baratos para essa região.

Nós achamos que Marabá e tantas outras cidades têm condições para ampliar a sua produção, uma produção dedicada para o abastecimento dessas regiões.

Nós estamos criando um novo sistema progressivo de crédito para os assentados da reforma agrária. E, aqui, eu quero saudar o Congresso Nacional. Recentemente, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras aprovaram a Medida Provisória nº 636, por unanimidade, que cria um marco importante nessa agenda da reforma agrária. Áreas reformadas para o Governo são áreas produtivas, são áreas capazes de gerar excedentes e áreas capazes de oferecer qualidade de vida para esses brasileiros e brasileiras.

Nós vimos acumulando ao longo dos últimos anos problemas importantes de inadimplência de toda ordem; é verdade que algumas mais de natureza contábil – estamos falando de inadimplências desde 1985, de várias naturezas.

A partir da Medida Provisória nº 636, nós demos condição para que, a partir da inadimplência, a partir de renegociação de dívidas de assentados e agricultores familiares, se pudesse criar um outro ambiente produtivo neste País. E a experiência dos últimos anos demonstrou que há que se criar um processo progressivo de apoio a crédito, a financiamento para esses brasileiros e brasileiras, num determinado momento sem terra, que passam a viver a experiência produtiva com terra, de tal forma que haja uma educação no processo de créditos a esses novos produtores agricultores.

Crédito de instalação. Basicamente um apoio para que ele possa adquirir os primeiros bens necessários para a qualidade da sua vida.

Fomento produtivo. É o início da sua atividade produtiva nos assentamentos.

Vamos adiante.



Nós iniciamos – esta é uma grande novidade – com microcrédito produtivo. Nós achamos que é uma etapa importante para um processo de educação produtiva. Portanto, entramos no ambiente, num segundo ciclo, com o microcrédito produtivo, todo ele com assistência técnica, e, a partir daí, com o acesso a um crédito ampliado, em que o assentado passa a participar do sistema de crédito agrícola, como outros agricultores familiares. Portanto, o grande esforço e a grande inovação é que nós passamos a ter um sistema progressivo e crescente de acesso a crédito. E na medida em que esse agricultor, esse assentado passa a viver a experiência produtiva, passa a pagar os créditos adquiridos, há um ciclo progressivo de financiamento e ampliação da produção de tal forma que possamos minorar, evitar, diminuir hipóteses de inadimplência e criar e fortalecer a cultura produtiva nos assentamentos da reforma agrária. Todo esse processo, obrigatoriamente, guarda acompanhamento de assistência técnica.

Nossa expectativa. Nós já estamos preparados para assegurar que, no próximo período, 255 mil famílias possam acessar esse novo crédito, e, portanto, participar do esforço produtivo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Só para entender, Ministro, o que significa o bônus?

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Redução de valor de prestação. Ou seja, é um bônus por adimplência. Nós chamamos de rebate, nós chamamos de várias formas. O bônus significa: em havendo adimplência, ele tem um rebate na prestação. Portanto, é um subsídio, é um apoio à experiência produtiva. Esse processo é permitido por conta da consequência positiva da aprovação da Medida Provisória nº 636, pelo Congresso Nacional. Nós estamos permitindo, portanto, que milhares de famílias entrem no circuito positivo de produção nos assentamentos da reforma agrária.

Vamos adiante.

Nossa expectativa é de que 200 mil famílias, por conta dessas iniciativas, voltem a participar, de forma ativa, do sistema de crédito produtivo em nosso País, melhorando, qualificando a capacidade de produção dos nossos assentamentos. E a nossa expectativa, estamos trabalhando para isso, é de que 8 milhões de hectares voltem a produzir com esse padrão de qualidade.

Peço que volte, só um minutinho.

O desafio é muito importante. Todos os senhores e as senhoras acompanham a expectativa grande com o Cadastro Ambiental Rural. Nós temos uma meta audaciosa e importante que queremos cumprir, Senador Acir, que é, no próximo ano, fazer com que todos os mais de 7 mil assentamentos com que temos responsabilidade direta... Nós temos a determinação de, no próximo ano, certificar os assentamentos por meio do Cadastro Ambiental Rural.

Vamos adiante.

Aqui, há um tema novo, para o qual chamo a atenção por conta de uma conquista importante para os nossos agricultores e produtores.

O Brasil, especialmente a agricultura familiar, vive, a partir de 2005, uma experiência de seguro agrícola, o chamado Seguro da Agricultura Familiar,



ou Proagro Mais, em que todo custeio agrícola vem acompanhado obrigatoriamente de um seguro agrícola. Esses anos produziram experiência. Aprendemos, dialogamos com as diversas regiões e encontramos um ambiente de maturidade e de conhecimento técnico para inovarmos um conceito de seguro agrícola.

Basicamente o que estamos fazendo, a partir de 1º de janeiro de 2015, é mudando o conceito do seguro. O seguro agrícola da agricultura familiar passa a garantir 80% da receita bruta esperada, e não mais um seguro baseado no custo de financiamento. Nós estamos alterando um conceito de tal forma a estimular a agregação de novas tecnologias.

O novo seguro agrícola vai estimular a geração de receita líquida. A receita bruta esperada é composta do custo de produção, que aqui é identificado como valor financiado, mais a receita líquida esperada por esse produtor.

Só um minutinho, por favor, volta.

O que o seguro pretende é garantir 80% dessa receita bruta esperada. O segurado paga 2% desse valor segurado esperado obrigatoriamente. E é esse recurso que vai financiar esse seguro.

Neste primeiro ano de execução, nós estamos limitando o valor segurado a R\$20 mil. Nós estamos saindo de um valor de R\$7 mil segurado nesta safra e migrando para uma ampliação do valor segurado de até R\$20 mil mais o valor financiado no banco de até R\$100 mil. E achamos aqui que é uma grande mudança conceitual estratégica para apoiar os nossos produtores.

Todos os senhores e as senhoras sabem que a agricultura é uma atividade de imenso risco. Programas como o seguro agrícola estimulam a nossa produção e, obviamente, garantem renda e reduzem as situações de inadimplência provocadas por situações climáticas.

Portanto, aqui é um esforço muito importante do Governo e um processo de adequação normativa que passamos a ter nesse segundo semestre de 2014.

Nós queremos estimular – faz parte de um debate – a produção agroecológica. Há uma demanda crescente na sociedade brasileira por esse perfil de produção. Nós estamos executando o Plano Nacional de Agroecologia, o Brasil Agroecológico, e estamos estimulando a ampliação dessa produção no nosso País.

As mudanças que estamos fazendo são um conceito do custeio dos sistemas de produção. Até então, custeio para produção agroecológica era um custeio vinculado ao produto. A experiência de produção agroecológica mostra que é uma produção sistêmica, não só um produto, mas um conjunto de cooperação entre várias atividades de produção no mesmo espaço, na mesma área produzida.

Portanto, nós passaremos a financiar sistemas de produção agroecológica. É um conceito em que se aproxima a ideia de consorciamento de produção e não só do produto. Era uma reivindicação dos produtores agroecológicos em que nós estamos avançando.



Todas as taxas de juros serão de 1% nos investimentos em produção agroecológica. Nós já estamos com contratos de assistência técnica assegurados para 120 mil produtores. E estamos preparados para atender a toda a demanda de produtores, agricultores, agricultoras que busquem uma transição para a produção agroecológica.

Aqui eu fiz referência no início da minha apresentação ao esforço muito grande do Governo Federal, buscando parceria com Estados e com alguns Municípios, de estender a assistência técnica.

O Congresso Nacional aqui teve um papel fundamental quando aprovou a legislação encaminhada no ano passado pela Presidência da República na constituição da Anater.

Eu sei que vocês, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovaram, sabem da importância dessa instituição nacional, que terá uma capacidade de coordenação, execução e ampliação de uma inteligência nacional para as atividades de extensão rural, para as atividades de assistência técnica.

A Anater foi aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado e está em fase de implantação.

A Presidência da República recentemente aprovou decreto de implantação da Anater e já estamos implantando a Anater de tal forma, que ela possa, em 2015, iniciar as suas operações, coordenando todo o sistema de assistência técnica a partir do Governo Federal.

Portanto, quero saudar essa novidade e queremos aqui que a Anater seja um espelho positivo daquilo que a Embrapa constrói de melhor no nosso País.

A Anater passa a ser – se os senhores me permitem – uma irmã gêmea da Embrapa. Ela se associa intimamente à Embrapa. Há uma relação orgânica entre a estrutura da Embrapa e a estrutura da Anater. O Diretor de Expansão Tecnológica da Embrapa passa a assumir a Diretoria de Extensão Tecnológica da Anater. A Presidência da Embrapa compõe a Presidência do Conselho da Anater.

Há um conceito estratégico, portanto, de articular de uma forma muito forte a produção da pesquisa, o conhecimento tecnológico com o repasse, a transferência desse conhecimento para a atividade produtiva do nosso País, especialmente pequenos produtores, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e médios produtores do nosso País.

Portanto, quero, Sr. Senador Acir, registrar isso, porque penso que é um marco estratégico para o nosso País e recupera uma experiência positiva de que o País já dispôs.

As mulheres agricultoras e trabalhadoras têm ocupado um papel crescente e importante na atividade produtiva do nosso País. Há uma demanda crescente para maior espaço econômico e reconhecimento do trabalho da agricultora, da mulher trabalhadora rural. Nós temos avançado na liberação de créditos. Estamos assumindo compromissos de continuar com essa rota de



expansão da participação das agricultoras, produtoras da atividade produtiva do nosso País.

Aqui, quero chamar a atenção, se os senhores me permitem, para uma opção clara que fizemos: todas as chamadas públicas de assistência técnica, hoje, obrigatoriamente, devem atender, no seu escopo de prestação de serviços, 50% de mulheres. Nós achamos que esse é um passo importante, que abre condição para que as mulheres possam acessar melhor o conjunto das políticas públicas nossas. Portanto, é um marco importante para este ano e que respeita uma demanda muito forte dos movimentos das agricultoras, trabalhadoras mulheres rurais do nosso País. E vamos dar continuidade a todo o processo de documentação das mulheres trabalhadoras rurais.

Em relação aos jovens do nosso País – este é um dado extremamente positivo –, há uma percepção clara de todos nós de que há uma busca de parte importante da juventude rural em relação a manter a sua atividade produtiva no campo.

Eu quero só compartilhar com o Senador Acir. Recentemente estive em Rondônia, em Ji-Paraná, e uma grata surpresa para todos nós foi ver a presença forte, em Rondônia, da juventude rural, de lideranças jovens e muito qualificadas no Estado de Rondônia, a exemplo do que estamos acompanhando em outros Estados.

Aqui, nós ampliamos a possibilidade de acesso a crédito para iniciativas de investimentos dos jovens, assistência técnica também.

Quero aqui compartilhar também com o Congresso Nacional a aprovação de um projeto de lei este ano muito importante, basicamente porque, Senador Suplicy, ele atende a uma demanda histórica dos jovens, especialmente para uma condição singular quando da sucessão familiar. Nós vivemos um problema: muitas vezes, alguns dos herdeiros querem ficar trabalhando na propriedade, e outros não querem. Via de regra essa condição termina com a venda da propriedade.

O que o Governo Federal está criando é o acesso ao jovem, ao herdeiro que quer continuar trabalhando na propriedade, para que possa financiar a aquisição da parcela de outro herdeiro que não queira ficar na propriedade trabalhando. Com isso, nós estamos criando acesso ao jovem, homem ou mulher, que se dispõe e que busca ficar na propriedade familiar trabalhando condições de financiar a aquisição de outro herdeiro que não queira ficar. Com isso, nós achamos que especialmente em regiões como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, outros Estados que têm uma forte presença dessa estrutura familiar, nós estamos atendendo a uma reivindicação de muitos anos dessa juventude que quer ficar trabalhando e que terá condições de acessar esse programa importante.

Por fim, Srs. Senadores, Srª Senadora, viver no campo, na floresta, no sertão, no cerrado, para além de condições de trabalho – portanto, do crédito, da assistência técnica, das condições de renda, do seguro –, é muito importante a qualidade de vida, ter capacidade de viver com qualidade nesse meio rural.



A par, portanto, daquilo que são as políticas agrárias, fundiárias ou agrícolas clássicas, de que estamos falando, fundamentais, geradoras de produção e de renda, nós do Governo Federal temos buscado construir programas estruturais que levem qualidade de vida a esse homem e a essa mulher que produzem muito e que constroem a Nação brasileira.

Há um programa extremamente positivo e novo, que é o Minha Casa, Minha Vida Rural. Pela primeira vez na história do nosso País, sim, os agricultores têm acesso a um programa dedicado à construção de casas. Durante o mandato da Presidente Dilma, nós vamos assegurar 180 mil casas para agricultores, agricultoras e assentados, o que já está em fase de execução.

Há programas como o Luz para Todos, que chega a praticamente todas as propriedades rurais. Há programas como o Mais Médicos, que estende essa assistência técnica às comunidades rurais. Há programas como o Pronatec, que estende o acesso à educação, a formação a milhares de homens e de mulheres do meio rural. E há programas que buscam qualificar a infraestrutura dos nossos pequenos e médios Municípios.

Pensar, portanto, a qualidade do meio rural faz parte de uma estratégia de desenvolvimento rural.

Senador Delcídio, um abraço!

Um dos programas que está em execução é o PAC Máquinas. Os senhores e as senhoras conhecem esse programa. Nós estamos respondendo a uma demanda do movimento social, do movimento sindical, das cooperativas, dos governadores e dos prefeitos, especialmente os das pequenas e médias cidades do nosso País, que têm a base forte da sua economia na atividade agropecuária e que solicitavam apoio para o melhoramento das estradas vicinais, dos ramais, que são os grandes instrumentos de escoamento da produção.

Está em plena execução um programa de doação de máquinas, patrulas, motoniveladoras, retroescavadoras, caminhões, para que os prefeitos e as prefeitas tenham melhores condições de fazer a manutenção das estradas vicinais e, com isso, melhorar o escoamento da produção agrícola desses Municípios, obviamente integrando as comunidades, melhorando a condição de vida dessas comunidades.

Rapidamente, senhores e senhoras, quero dizer que também estamos dando continuidade... Essas são as políticas gerais para todo o País do Plano Safra da Agricultura 2014/2015. Nós estamos dando sequência a uma experiência de regionalizarmos os Planos Safra, de respeitarmos as diversas características regionais. Iniciamos a segunda experiência do Plano Safra para o Semiárido.

Neste ano, já estamos operando R\$4 bilhões dedicados, ampliando, por conta da seca, da estiagem com que convivemos com muita força nesses últimos anos, os Programas Garantia Safra, para diminuir o sofrimento daquela parcela importante de produtores rurais. Oitocentos e setenta mil agricultores receberam o Programa Garantia Safra. Um milhão está sendo apoiado com o



Bolsa Estiagem. Ou seja, são programas importantes, com grande extensão, para apoiar agricultores e agricultoras vitimados por essa seca prolongada no Nordeste.

Investimos muito na segurança hídrica. São 580 mil cisternas construídas, num processo forte, com grande escala de construção de cisternas. Ampliamos o conceito de segurança hídrica para unidades que permitam a produção nas suas propriedades. São 60 mil unidades de armazenamento já implantadas para a produção nas suas propriedades. E queremos mais 16 mil unidades até o final do ano.

Para o Plano Safra 2014/2015, estamos ampliando para R\$4,6 bilhões os créditos dedicados ao Nordeste. Todas as linhas de créditos estão mais baratas, com juros mais baixos, nessa Região. Queremos, com isso, estimular a retomada de produção, fazer com que a Região Nordeste volte a produzir tudo aquilo que tem demonstrado a sua capacidade de produção. Ela é uma Região produtiva. E queremos manter essa condição diferenciada exatamente para apoiá-la nessa condição de transição.

Bom dia, Senador!

Que bom que as chuvas voltaram ao Nordeste! As chuvas voltaram ao Nordeste desde março. Portanto, recuperamos a capacidade de produção. A Região Nordeste produz feijão, arroz, milho, carne, leite, e queremos apoiar toda a capacidade de produção dessa Região.

O microcrédito rural nós o estamos ampliando de R\$3,5 mil para R\$4 mil. Estamos garantindo um bônus forte de adimplência para os Municípios que ainda estão em situação de emergência de 40%.

E estamos aqui também estimulando muito esta produção orientada para o Semiárido, as linha de crédito a que eu já fiz referência.

Vamos aumentar o número de famílias beneficiadas com o seguro Garantia-Safra para 1.350.000 agricultores nesta região do Semiárido do nosso País.

E vamos continuar a trabalhar com os programas de compras governamentais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), com recursos na ordem de R\$1,3 bilhão.

Eu quero, portanto, no encerramento da minha fala, registrar que todos esses avanços, que são importantes, são avanços que dão sequência a um período de avanços, de mudanças permanentes nos nossos instrumentos de política agrícola, de tal maneira a fomentar e apoiar o aumento da produção agropecuária, o desenvolvimento da agricultura familiar no nosso País, o desenvolvimento regional do nosso País.

Todas essas medidas vêm sendo tomadas num ambiente de intenso diálogo com os agricultores e produtores, escutando as suas demandas. Isso cria um ambiente de aprendizado muito forte para todos e uma capacidade melhor de acertar. Acertar tudo aquilo que nós queremos, que é exatamente ampliar a produção de alimentos, melhorar nossa renda, estimular uma produção que



respeite o meio ambiente, contribuindo, portanto, para o crescimento do nosso País.

E uma alegria a mais que todos nós compartilhamos este ano foi que o Brasil, quando renova essa sua estratégia de apoio à agricultura familiar como base de uma produção de alimentos para o nosso povo, faz isso num ano em que, por orientação da FAO, o mundo inteiro compartilha como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. E recentemente o Congresso Nacional – o Senado e o Congresso Nacional – compartilhou também a reflexão e a valorização desses milhões e milhões de homens e mulheres que, no nosso País, produzem e, com seu trabalho, constroem a Nação,

Eu fico por aqui, Srs. Senadores, Sr. Presidente, colocando-me inteiramente à disposição, junto com a minha equipe, para responder perguntas, compartilhar temas com os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Nós é que agradecemos, Ex^{mo} Sr. Ministro Miguel Rossetto, do MDA, por sua presença e pela explanação sobre a importância da agricultura familiar para o nosso País, especialmente no nosso Estado de Rondônia, que tem 74% dos agricultores exatamente dentro da agricultura familiar. Nós temos uma expectativa muito grande de um crescimento ainda maior no nosso Estado com relação à produção de alimentos. Nós temos aumentado muito a produção, e esse investimento do MDA, junto com o Governo do Estado e as prefeituras municipais tem feito a diferença no desenvolvimento do Estado.

Eu faço aqui sempre a inscrição pela ordem de chegada, e nós temos hoje o Senador Eduardo Suplicy, que, pela primeira vez, está na frente na chegada dos nossos Senadores.

Então, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Mas a Senadora Ana Amélia é tão madrugadora que ela, na hora em que eu estava aqui chegando, já estava dando um entrevista no rádio sobre a audiência de que ela vai participar daqui a pouco e pela qual ela é responsável na CRE e nesta Comissão também...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Suplicy. Obrigada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Então, eu consegui chegar antes dela, mas ela já estava aqui no Senado.

Prezado Presidente Senador Acir Gurgacz, querido Ministro Miguel Rossetto, prezado Carlos Mário Guedes de Guedes, presidente do Incra, primeiramente, até em função do Dia Internacional do Meio Ambiente, gostaria que pudéssemos falar um pouco mais da preocupação agroecológica. Se possível, pediria alguns exemplos do que constitui a agricultura agroecológica e quais os segmentos que estão, por exemplo, sendo bem-sucedidos com o apoio que o Governo vem dando: se é para produzir alface, se é para produzir frutas, se é para produzir o quê.



Agradeço se V. Ex^a puder dar exemplos.

Até algum tempo atrás, eu me lembro que os Ministros responsáveis pelo desenvolvimento agrário costumavam trazer aqui um balanço da estrutura fundiária brasileira. Eu agradeço, Ministro Miguel Rossetto, se puder nos dar uma informação sobre como hoje está a estrutura da propriedade fundiária brasileira em comparação com o que ocorria 5, 10 ou 20 anos atrás.

Nós sabemos que o Brasil, embora tenha avançado muito, nos anos 1990 e 1996, por exemplo, éramos um dos três países mais desiguais países do mundo. E, de 2002 para cá, o coeficiente Gini de desigualdade tem, ano a ano, diminuído. Passou de aproximadamente 0,59, em 2002, para pouco mais de 0,51, em 2012, último dado que temos disponível. E o Governo vem realizando uma série de proposições mencionadas por V. Ex^a como o aumento do microcrédito, crédito para agricultura familiar, o aumento do salário mínimo, a expansão do Programa Bolsa Família, e assim por diante.

Mas ainda somos o 16º país mais desigual do mundo. E boa parte dessa desigualdade resulta da propriedade, da estrutura da propriedade de todas as coisas, inclusive da terra. Mas vem se realizando um esforço, também com a reforma agrária, para que tenhamos uma estrutura da propriedade fundiária com maior equidade.

Eu agradeceria muito – e peço desculpas pela voz, porque hoje estou um pouco gripado – se puder nos dar uma evolução de como está a estrutura fundiária brasileira, os dados mais recentes, bem como os passos que vêm sendo dados do ponto de vista da reforma agrária propriamente.

V. Ex^a enfatizou o microcrédito, o crédito para agricultura familiar. Mas imagino que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como o próprio Incra, vêm avançando naquilo que é a disponibilidade de terras para aqueles que estão reivindicando o avanço da reforma agrária.

Ainda neste domingo, por exemplo, dia 08 de junho, haverá no Pontal do Paranapanema, em Assis, um evento onde uma grande marcha nacional em defesa da reforma agrária e agricultura familiar vai percorrer 500 quilômetros pelo interior do Estado de São Paulo. São cerca de 1,5 mil militantes de movimentos sociais que nos convidam para que os estejamos apoiando.

Então, acredito que dar uma informação sobre esse tema é muito relevante.

Aproveitando a oportunidade, quase toda semana encaminho algum ofício ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e ao Incra. Tenho três aqui.

Um, de fevereiro, ainda ao Ministro Pepe Vargas, mas como a situação acho que ainda está pendente, e outros dois para o Ministro Miguel Rossetto e para o Presidente do Incra, então. Se me permite, eu encaminho.

São essas as indagações.

Pedi ao Secretário Executivo para ter a sua exposição, a quem cumprimento. Quero ver se ainda hoje, em havendo tempo, eu possa repercutir no plenário a exposição de V. Ex^a, pela qual o cumprimento.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente desta audiência pública, Senador Acir Gurgacz, caro Ministro Miguel Rossetto, caro Carlos Mário Guedes, nosso Presidente do Inbra:

Acompanhei sua exposição, Ministro Rossetto. Para uma Senadora do Rio Grande do Sul e para um Ministro do Rio Grande do Sul, é muito saudável saber que praticamente um quarto do crédito para a agricultura familiar vai para o Rio Grande do Sul, talvez justificado pela própria formação da nossa agricultura, que concentra uma influência e uma experiência muito rica da imigração italiana e alemã, que são pessoas que têm um grau de organização em cooperativas, movimentos e sindicatos, o que tem um valor muito grande nesse procedimento. Começou antes a agricultura familiar naquela região onde a estrutura fundiária em algumas áreas é pequena. Estive visitando alguns Municípios no Rio Grande do Sul em que 80% da área tem até 20 hectares, com grande diversificação, muito rica, com produção de leite, produção de horticultura, de fruticultura. É muito importante isso.

Tive a honra também de presidir a Comissão Mista que aprovou o relatório do Senador Wellington Dias da 636. Presidi as duas reuniões que tivemos, porque não foi possível concluir as alterações. Foram feitos aperfeiçoamentos por vários Deputados, Deputado Marcon, Deputado Padre João, Deputado Assis, Deputado Paulão, que permitiu, então, resolver um passivo muito sério com a remissão das dívidas, resolvendo inclusive aqueles processos de cobranças judiciais a que estavam sujeitos, no caso dos assentamentos. Foi resolvida essa pendência, que era aguda para eles, e se aperfeiçoou bastante com as contribuições dos Parlamentares.

No caso, agora, do lançamento da agricultura familiar, percebemos que houve uma solução para os assentados. Na agricultura familiar, assim como nos assentamentos, há um passivo também de endividamento. Por essas dívidas, esse recurso substancialmente ampliado para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, só 40% terão acesso. Pelo menos é o que dizem as entidades como a Contag, a Fetraf-Sul, do Rio Grande do Sul.

Eles também fazem um questionamento, e até já foi respondido por V. Exª em entrevistas que concedeu à imprensa do Sul do País, a respeito da cobertura do Proagro. É uma cobertura de renda, porque limita até R\$20 mil a receita, mas qual é argumentação das entidades, como a Contag, por exemplo? O senhor está tomando um investimento e um custeio a partir de 1º de julho e o Proagro só terá o contrato em janeiro de 2015. É preciso, como o senhor tem explicado, que o Banco Central do Brasil faça a mudança no sistema. Então, lhe pergunto: como fica a cobertura de Proagro para a agricultura familiar, se ele vai começar a plantar sem o contrato do seguro? Qual a garantia para ele, se até lá não tiver pronto esse procedimento?



Saudamos e fizemos uma manifestação muito importante quando foi criada a Anater, que é a agência de extensão. Houve uma grande defasagem entre a ciência e o trabalho da Embrapa, que é extraordinário, e a extensão rural, que é a seguinte: levar aquele conhecimento da ciência, dos pesquisadores para o campo, para a terra mesmo, colocar lá a semente que eles descobriram.

Então essa defasagem está coberta pela Anater. Eu lhe pergunto quando efetivamente a Anater já está fornecendo a essa extensão rural e como compatibiliza uma agroecologia cujo custo é maior do que o custo de uma agricultura convencional para atender, primeiramente, ao mercado consumidor e, em segundo, para assegurar a própria renda da agricultura familiar.

Eu queria um ponto para o senhor na questão da inadimplência: se no caso da agricultura familiar, em algum momento, considerando que só 40% eram acesso ao recurso, como vamos resolver esse problema especialmente em relação ao Proagro.

Muito obrigada ao senhor pela exposição completa que fez aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Agradeço a Senadora Ana Amélia e passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para as suas considerações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Quero saudar o Ministro Miguel Rossetto, o Sr. Carlos Magno, o nosso Presidente sempre assíduo aqui nas audiências públicas e quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Eu peço, inicialmente, desculpas por não ter podido estar na apresentação por causa de um compromisso logo cedo e cheguei no fim.

Gostaria de saber qual é o percentual que o Estado de Goiás ocupa na agricultura familiar, se é significativo e, para implementar esse programa com mais intensidade, com o que nós poderíamos estar colaborando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Senador Cyro.

Vamos passar a palavra ao nosso Ministro...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – A pergunta do Senador Cyro me fez ter curiosidade de perguntar: dado que na agricultura familiar e na reforma agrária o Governo tem estimulado muito as formas cooperativas de produção, inclusive em cooperação com a Secretaria de Economia Solidária, onde o Prof. Paul Singer, do Ministério do Trabalho, tem uma atuação bastante intensa, agradeço se o Ministro Miguel Rossetto puder nos informar qual é o hoje a relevância das formas cooperativas de economia solidária na agricultura brasileira. Se temos informações com dados a respeito eu agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem.

Antes de passar a palavra ao Ministro, também faço uma colocação. Evidente que a tomada de empréstimo pelos agricultores é de fundamental importância em função do juro negativo. Mas, além do juro negativo, eu estava vendo na sua explanação, a questão do bônus. O bônus significa dizer – se eu não estiver certo, me corrija, por gentileza – que o agricultor toma emprestado R\$4 mil e vai pagar R\$2 mil, se for adimplente. Seria isso? Além dos juro negativo, há esse bônus de 50% do empréstimo que ele vai tomar. É essa colocação, Ministro.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Sim. Nesses casos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Nesses casos, sim! Então, realmente é um avanço muito grande para a agricultura familiar.

Passo a palavra a V. Exª para responder aos nossos Senadores.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Srªs e Srs. Senadores, Senador Suplicy, nós temos inúmeros casos, em praticamente toda a produção agropecuária, que avançam para um padrão tecnológico agroecológico no nosso País: fruta, cereais, arroz, feijão, tudo aquilo que nós chamamos de olericultura, verduras, hortas, enfim, bovinos. A cultura, a produção agroecológica, hoje, se expande em toda a atividade agropecuária do nosso País. E nós temos um mercado crescente. Ou seja, em todas as nossas cidades, quando acompanhamos os mercados, os supermercados, há uma demanda crescente por parte da sociedade dessa produção.

E aí, Senadora Ana Amélia, eu já responde um pouco, dialogo aqui com os temas que os senhores levantaram. Ele ainda é mais caro.

A nossa expectativa, como outras experiências, na medida em que nós temos mais escala, maior produção, maior experiência.

Nós, seguramente, avançamos na curva de aprendizado e teremos, sim, redução de preço e um equilíbrio melhor para o nosso consumidor. Esse é um desafio importante para este tipo de produção, como outras experiências econômicas. Quer dizer, nós estamos crescendo essa produção, estamos aprendendo, estamos ganhando escala e, na medida em que vamos avançando nessa direção, nós reduzimos preço e ampliamos a oferta desses produtos.

Hoje os produtores conseguem sustentar renda, e rendas a maior inclusive, por quê? Porque a sociedade se dispõe a pagar. Crescentemente esse mercado se expande em todo o nosso País, em todos os nossos Estados. Por exemplo, há uma aposta importante que nós estamos fazendo e todas as conquistas e as inovações tecnológicas que estão surgindo têm apoiado muito esse processo em andamento.

Então, essa é a nossa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Apenas, Ministro, eu percebo que – porque, aqui, em Brasília, existe, lá em Porto Alegre também –, quando o contato direto do produtor com o consumidor, há uma facilitação e uma vantagem para as duas partes, mas nem sempre, dadas as distâncias ou as



condições logísticas, é possível não haver a intermediação, que é sempre um problema que come o lucro do produtor e aumenta o preço para o consumidor. Então, de que forma pode haver uma...

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Estímulos a feiras...É muito importante essa observação, estímulos a feiras, relações diretas...

Nós temos estimulado muito isso em todo o nosso País e a experiência que nós estamos colhendo, por isso uma dedicação especial para este próximo Plano Safra na atividade agroecológica, seja em relação a reduzir custo e investimentos, seja em relação à assistência técnica.

Aqui a ideia de levar o novo conhecimento, essas novas tecnologias, é muito importante, da mesma forma como instrumento de comercialização.

Nós achamos que há um grande período de aprendizado ainda. Nós começamos com uma escala nacional, Estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina são Estados... Brasília que tem experiência importante nisso, mas estamos convencidos de que há um espaço crescente na sociedade brasileira, uma demanda crescente e nós queremos fazer com que esta base produtiva dos agricultores familiares ocupe crescentemente um papel nesse mercado, que é o que nós estamos fazendo.

O Brasil continua, Senador Suplicy, dispondo de um padrão de grande concentração fundiária, na verdade grande concentração patrimonial. Se nós tivemos avanços importantes na distribuição da renda, mas o País convive com uma concentração patrimonial muito grande, e essa concentração se espelha também na concentração fundiária do nosso País.

Nós temos obviamente situações diferenciadas do ponto de vista regional por conta da história econômica do nosso País, como os senhores e a senhora conhece, e há um esforço importante no sentido de apoiar o conjunto de experiências onde há um parcelamento mais equilibrado de terras para que aqueles que queiram continuar trabalhando nessas terras possam ficar nessas terras com menor dimensão preservando renda. Isso significa ampliarmos produtividade, adotarmos e dotarmos as nossas pequenas e médias propriedades das tecnologias, das mecanizações do que há de melhor do ponto de vista produtivo para que nós possamos associar intensidade produtiva, qualidade ambiental e renda para o nosso produtor.

Essas são as experiências mais vitoriosas, Senador Suplicy, que têm sustentado essa estrutura fundiária pequena e média, onde nós observamos no País, *grosso modo*, no sentido nacional, que, nas pequenas propriedades, nós conseguimos, em média, ter indicadores de produtividade e de renda por hectare maior do que nas grandes propriedades, por quê? Porque exatamente essas propriedades exigem um investimento e um padrão de produtividade para o retorno de renda superior.

Nós achamos que é uma experiência importante no País, nós achamos que o Congresso tem feito movimentos importantes no sentido de estimular essa melhor distribuição da estrutura fundiária brasileira – eu trago como referência, Senador Suplicy, a recente legislação de regularização fundiária na



Amazônia Legal, onde o Congresso Nacional orienta que a regularização das terras federais na Amazônia tenha como limite a média propriedade de até 15 módulos rurais.

É o que estamos fazendo, neste momento.

Portanto, há um processo de apoio a essas estruturas pequenas e médias, que se dispõem em várias regiões do nosso país, com essas políticas. Há uma execução de uma orientação do Congresso Nacional em relação as áreas da Amazônia, por exemplo, de que a regularização tenha como base um parcelamento maior da estrutura fundiária brasileira e, no que se refere à agenda da reforma agrária, o que nós estamos executando é aquilo que a Constituição Brasileira estabelece. Ela vincula menos o tamanho da propriedade. Ela estabelece uma exigência de função social da propriedade. Estabelece índices de produtividade para a reforma agrária e menos em relação à dimensão da propriedade.

A Constituição Brasileira orienta os processos de desapropriação a partir do descumprimento da função social da propriedade, das grandes propriedades a partir de 15 módulos. É isso que estamos cumprindo e realizando no nosso País.

Dois dados que me parecem importante, que mostra um esforço nacional em relação a se fazer o mandamento constitucional de permitir que terras improdutivas, terras que possam produzir, recebam brasileiros e brasileiras que queiram trabalhar e produzir. Nos últimos anos, Senador, de 2003 a 2013, 751 mil famílias de brasileiros sem terra tiveram acesso as terras no nosso país, com programa de reforma agrária, essencialmente, e com o programa do crédito fundiário de uma forma complementar.

Nós estamos falando de 51 milhões de hectares nesses últimos 12 anos, Senador Suplicy. São dois do Estado de São Paulo. Dois Estados de São Paulo? Dois Rio Grande do Sul, que foram destinados a este programa.

Há um processo em andamento no Brasil, uma agenda permanente do padrão de ocupação dos seus recursos naturais e da sua estrutura fundiária em nosso País, que estamos operando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me.

Vou anotar aqui, então.

De 2003 a 2013: 751 mil famílias que tiveram acesso a terra.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – São 751 mil famílias que tiveram acesso a terra. São 651 mil através do Programa de Reforma Agrária e 90 mil no Programa de Crédito Fundiário.

Foram 51 milhões de hectares destinados a esses programas, no nosso País.

A Senadora Ana Amélia traz alguns temas para o nosso debate.

Primeiro, Senadora, é em relação ao tema do financiamento, eu desconheço 40%. Eu quero verificar melhor esse indicador. Nós temos rodado...



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É em função do endividamento, por isso que a situação deles fica complicada mesmo.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Eu quero verificar esse dado.

O nosso esforço na solução de endividamento envolve não só os assentados, mas um conjunto de situações e agricultores familiares e de cooperativas.

Nós estamos muito animados com isso. Nós rodamos, este ano, neste plano safra que estamos encerrando, com 2,5 milhões contratos.

Nós temos um público, este ano, que está encerrando agora em junho, de 2,5 milhões de propriedades, agricultores, que estão vinculados a esse programa. Não haverá diminuição, haverá ampliação deste público.

Então, digo isso no sentido positivo de qualificar um pouco. Obviamente, se há problemas, nós vamos enfrentar esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Dentro desses dois milhões e tantos que teriam uma parcela com problemas de créditos.

Seria isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Não. Os dois milhões são os contratos já feitos.

Do total geral, 40%, pela contas das entidades como a Contag e a Fetraf, não terão acesso em função do endividamento.

Há uma outra cobrança.

Aliás, Ministro, eu já trabalho nisso a muito tempo. Lembro-me, quando era jornalista, quando foi criado o Pronaf.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – A primeira queixa era exatamente a dificuldade do agricultor, especialmente o pequeno, que está lá na sua pequena propriedade e que sai de lá, do seu cantinho, e tem de ir na agência do banco.

Ele não sabia.

Agora não, agora está informatizado. Uma boa parte deles já está com as condições tecnológicas de acesso à informação. Mas havia uma queixa da burocracia, essa maldita, essa saúva que atrapalha a vida do agricultor. E hoje, também, de novo há uma queixa da burocracia da instituição. Na maior parte é o Banco do Brasil que opera o Pronaf.

Então, como é que também se resolve isso para simplificar os procedimentos, para que ele não perca muito tempo em toda essa burocracia, porque ele precisa levar documentação. Claro, tem que fazer certo, mas também não consumir muito nesse processo.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Deixe-me dizer, Senadora. Primeiro, a nossa experiência – a experiência do Brasil – é fantástica. Eu fiz referência, no início da minha exposição, ao fato de que em 98% dos Municípios brasileiros há agricultores acessando esse programa. Nos últimos anos, nós nacionalizamos o



programa e queremos universalizá-lo, especialmente nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Nós estamos executando R\$21 bilhões. Nós estamos saindo – e a senhora levanta corretamente – de uma experiência em que os recursos eram ofertados e não eram tomados, por várias razões, inclusive a burocracia. Então, sobrava dinheiro, eu diria assim, dos financiamentos.

Hoje, nós estamos tomando todo o financiamento. Atingimos 2,5 milhões de contratos no Brasil. Todos os Estados hoje avançaram. E nós estamos num processo permanente de simplificação, preservando as condições contratuais necessárias.

Eu quero aproveitar aqui para fazer uma homenagem ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste, ao Basa, às cooperativas de crédito, que ocupam um papel muito importante nessa irrigação, nessa oferta de serviço, nessa capilaridade em todo o nosso País.

Nós achamos que aqui sempre há, obviamente, trabalho a ser feito, mas há um comprometimento dos bancos estatais, em especial, e das cooperativas extraordinário. São raras as situações em que nós temos um sistema que tranca. Os sistemas funcionam e funcionam bem.

Eu vou verificar o dado que a senhora traz aqui. O Congresso fez um movimento importante na aprovação da 636. Os bancos têm feito um trabalho importante. O que nós queremos é expandir esse crédito e, cada vez mais, universalizar esse crédito.

E eu aproveito esta agenda também – eu chego depois à questão do seguro... O Senador perguntava dos indicadores estaduais e a Senadora fazia referência. O Rio Grande do Sul é o Estado com maior capacidade de tomada desse crédito. São Estados que têm tradição, por história, por organização, o Rio Grande do Sul, o Paraná, Minas Gerais – eu chego a Santa Catarina já. Então, por ordem, Rio Grande do Sul; Paraná; Minas Gerais, que é um Estado que tem crescido muito e é um Estado grande, um Estado importante; Santa Catarina; Goiás, que tem crescido nesta safra. Para a safra que vem – eu vou buscar a execução –, nós estamos liberando R\$550 milhões para Goiás e, para São Paulo, R\$900 milhões. Todos os Estados têm crescido.

Nós temos um desafio, Senador, especialmente nos Estados da Região Centro-Oeste. No Norte, nós achamos que há uma possibilidade de expansão. São Estados em que há uma base de agricultura familiar forte e um percentual ainda possível de ser acrescido quanto à tomada de empréstimo em relação a outros Estados.

Portanto, nós identificamos aqui um espaço importante de trabalho, que nós queremos ocupar com assistência técnica, com organização.

A experiência, Senador Suplicy, do cooperativismo, da economia solidária é crescente e ela respeita as tradições das diversas regiões do nosso País.

O que me parece importante é que há uma expansão dessas iniciativas. Quer dizer, o que nós estamos percebendo é uma expansão dessas



iniciativas. O BNDES tem sido um parceiro importante no estímulo e no fomento aos financiamentos agroindustriais vinculados a organizações comunitárias, a cooperativas. Portanto, estamos estimulando isso.

Há um aprendizado, uma cultura gerencial importante que está sendo construída. Uma cooperativa, numa atividade econômica, é extremamente complexa. Gerenciar essas atividades agrícolas agroindustriais é uma atividade sofisticada e complexa, portanto, paralelo aos investimentos agroindustriais, Senador Suplicy, há todo um programa de formação, de capacitação, de educação financeira e gerencial para os nossos produtores e agricultores.

Obviamente, Senador, estamos totalmente à disposição dos senhores para dialogarmos sobre as experiências estaduais, os esforços e os programas estaduais que estamos desenvolvendo. O fato é que, a partir da aprovação da 636, que os senhores promoveram, criando uma condição forte de adimplência, nossa expectativa é de uma grande ampliação do acesso ao sistema de crédito agrícola pelos agricultores e assentados, que é tudo que queremos: ampliar esse acesso e ampliar a capacidade de oferta de assistência técnica, para ampliar a nossa produção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ministro Rossetto, eu sou Casildo Maldaner, de Santa Catarina.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Prazer em rever o senhor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Ex^a estava falando que temos, no Brasil, cerca de dois milhões e quinhentos mil "pronafricanos".

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Contratos em execução.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Temos hoje, no Brasil, micro e pequenas empresas, temos milhões de empreendimentos pequenos e médios e, hoje, pequenos produtores "pronafricanos". Temos aí duas mil e quinhentas famílias, ou dois milhões e quinhentos... Tem uma ideia de quantos temos destes, que se enquadrariam, que poderiam acessar e que hoje estão sendo contemplados, e em praticamente 98% dos Municípios já existem atividades do Pronaf. E o que é que temos que se enquadraria mais ou menos nessa...

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Quatro milhões e meio.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Quatro milhões e meio.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Desculpe, Senador, só me permita registrar. Quando falo que temos 2,5 milhões contratos, vários desses contratos são grupais, coletivos ou de cooperativas. Então, são 2,5 milhões contratos, mas que representam mais do que 2,5 milhões contratos individuais, porque são contratos da empresa coletiva.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Queria até dizer, porque quando fui Presidente do BRDE, que tem sede em Porto Alegre



e temos nos três Estados do Sul, o BRDE tem convênios que representam o Pronaf junto ao BNDES nesses Estados do Sul, essas cooperativas, Sicredi, Sicoob têm convênios conosco lá, o BRDE, e eles fazem por atacado. Eles preparam mesmo, o pequeno produtor não precisa ir ao Banco do Brasil, ele faz ali mesmo. A própria cooperativa prepara os documentos, prepara tudo e entrega pronto, já em pacote. Está incluso ali.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Queria, por fim, aqui encerrar a minha parte por conta de um dos temas levantados pela Senadora em relação ao crédito.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu até agradeço, Ministro, porque temos agora a sessão deliberativa começando.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Muito rápido, por conta do sistema.

O novo seguro agrícola entra a partir de 1º de janeiro. Dialogamos muito com todos os movimentos e ele entra a partir de 1º de janeiro, a partir de uma decisão corajosa, eu diria, de adotar esse prazo. Aqui não se trata de questões de natureza financeiro-econômicas por parte do Governo, trata-se da complexidade da regulamentação de um seguro que é nacional e que exige um conjunto de mecanismos operacionais de tal forma que, quando ele entre em operação, ele entre com todo o regramento estabelecido para um plano nacional.

Os agricultores, especialmente do Sul, que iniciam seus plantios a partir de julho, continuarão com o seguro atual, portanto não haverá descontinuidade do seguro. Seguem com o seguro atual e, a partir das culturas de primeiro de janeiro, entram no próximo seguro. E estaremos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. Fora do microfone.) – Para a safra de inverno.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Exatamente. E nós estaremos, durante esse segundo semestre, em todos os Estados, com as equipes técnicas preparando, divulgando a entrada do novo seguro que, seguramente, coloca o Brasil numa agenda de seguro agrícola em escala mundial. Nós estamos, com esse mecanismo, nos equiparando aos Estados dos países mais desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado ao Ministro e aos Senadores. Passando a palavra ao nosso Presidente do Inbra, Carlos...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só quero fazer, Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu vim do plenário agora, vai começar a Ordem do Dia e estava presidindo o Senador Paulo Paim, que me pegou e eu disse: "Senador Paulo Paim, me perdoe, mas eu vou até a Comissão de Agricultura, porque quem está lá fazendo uma palestra é o Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Miguel Rossetto, que foi, inclusive, Vice-Governador do Rio Grande do Sul." E o Paim pediu para que eu mandasse um abraço porque ele está lá, presidindo a sessão. Eu tive a honra de



ser vice também em Santa Catarina. Tenho grande admiração pelo Ministro Miguel Rossetto e vim aqui para dar meu abraço e transmitir o do Paim.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Obrigado, Senador Casildo.

Guedes, os assentamentos emancipados têm uma dificuldade para sua titulação no Estado de Rondônia. Vamos falar só de Rondônia porque é onde tenho conhecimento amplo e as pessoas têm me cobrado sistematicamente essa questão. É possível flexibilizar as regras, igual ao Programa Terra Legal, para os assentamentos já emancipados? É, realmente, uma dificuldade grande no meu Estado. Em Rondônia, é aquela grande reforma agrária que foi feita pelo Incra – o Incra fez essa reforma agrária –, e as pessoas que estão na sua terra há mais de 20, 30 anos, é claro que não têm a mesma situação econômica dos assentamentos recentes. É evidente que essas pessoas evoluíram, exatamente porque conseguiram a terra. Mas não têm a titulação ainda. Não é possível flexibilizar para que essas pessoas possam ter sua titulação mais rápida e mais barata também, Presidente?

O SR. CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES – Bom dia a todas e todos os Srs. Senadores, ao nosso Ministro Miguel Rossetto, ao Senador Acir Gurgacz.

É um prazer, mais uma vez, estar aqui com os senhores em reunião da Comissão de Agricultura.

Eu diria que o Congresso Nacional trouxe uma grande colaboração nesse tema com a aprovação da Medida Provisória 636. Entre os grandes temas tratados, como, por exemplo, a questão da solução das dívidas, os assentados da reforma agrária, a criação de um novo modelo de financiamento para a reforma agrária, que foi já apresentado pelo nosso Ministro Miguel Rossetto, que incorpora o Plano Safra da Agricultura Familiar nesse ano safra 2014/2015, temos, dentro da medida provisória, iniciativas importantes para exatamente facilitar o processo de titulação das famílias assentadas.

E aqui destaco, em especial, um dispositivo previsto na medida provisória que permite que os assentamentos com mais de dez anos possam ter um tratamento de regularização fundiária mais flexível, reconhecendo as famílias que estão lá, desde que tenham o perfil do agricultor familiar, desde que a área não supere dois módulos fiscais. Então, são inovações importantíssimas que foram criadas, que pretendemos implementar rapidamente.

A medida provisória, inicialmente, tinha uma proposta de equiparar ao tratamento que o senhor já destacou, do Programa Terra Legal, na Amazônia, viabilizando que os assentamentos que foram criados a partir de glebas públicas federais e em que as famílias tivessem até um módulo fiscal pudessem receber seu título de terra gratuitamente, e também a previsão de redutores no preço a ser pago da terra porque, hoje, o Incra, pela regra anterior à medida provisória, teria que cobrar o preço de mercado. Todos aqui sabem: o preço da terra no Brasil aumentou, em média, 80% nos últimos 36 meses. Estamos com uma média do



valor por hectare de R\$9 mil. É um valor incompatível com as condições de renda dos agricultores para poderem incorporar esse custo. E o Congresso Nacional, além de aprovar essas iniciativas propostas pelo nosso Governo, ainda incorpora elementos importantes como esses que já destaquei.

Então, estamos, agora, exatamente iniciando um processo de regulamentação. Pretendemos, junto com essa ação da regularização fundiária nos assentamentos, viabilizar o Cadastro Ambiental Rural para os lotes a serem regularizados. Portanto, citando o Estado de Rondônia, temos uma parceria com a secretaria de meio ambiente de Rondônia e já iniciamos a regularização de lotes da reforma agrária, já saindo com o CAR. Assim, pretendemos expandir a partir dessa iniciativa prevista na Medida Provisória 636.

Então, eu queria, Senador, destacar que a nossa tarefa agora vai ser chegar aos assentamentos e dar essa segurança jurídica para as famílias, em especial nesses assentamentos criados há mais de dez anos, que vão ter oportunidade, a partir do que foi incorporado na Medida Provisória 636, de facilitar a titulação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com relação ao Estado de Rondônia, eu diria que é 100% do Estado, não é? É 100% do Estado assentamentos com mais de dez anos, Ministro. E essa flexibilização do custo é importante para a regularização fundiária no Estado.

Rondônia não é um dos maiores tomadores do Pronaf, mas tem crescido ano a ano. É o que eu tenho, pelo menos, acompanhado nos últimos anos. O Pronaf tem dado uma força muito grande para os agricultores, embora Rondônia tenha 1,8 milhão de habitantes. É um Estado com uma área territorial grande, do tamanho do Rio Grande do Sul e Paraná, praticamente, mas com apenas 1,8 milhão de habitantes aproximadamente. Então, tem muito a crescer e tem muito a desenvolver.

Eu quero aqui agradecer a presença de V. Ex^a.

Passo a palavra, mais uma vez, para fazer suas considerações, para mais alguma coisa que queira colocar ao Sr. Ministro.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Pois não.

Eu gostaria de agradecer e registrar que nós estamos muito entusiasmados com essa determinação da Presidenta Dilma Rousseff para o MDA no sentido de executar o maior plano da história do País. Os investimentos são históricos: R\$24,5 bilhões para a agricultura familiar. E nós estamos com taxas de juros extremamente reduzidas. Isso traduz a confiança e o apoio da Presidenta Dilma, do Governo Federal para com essa base produtiva do nosso País.

E chamo a atenção para o fato de que a execução desse plano depende, obviamente, de todos: dos agricultores, das cooperativas, dos Estados, das Prefeituras. E há uma disposição nossa de percorrer este Brasil, estimulando, divulgando essas medidas de tal forma que todos aqueles – produtores, assentados e agricultores – que se disponham a trabalhar, que tenham essa manifestação possam acessar essas políticas. E o resultado final que nós queremos é exatamente aumentar a produção de alimentos no País, melhorar a



renda dos nossos produtores, desenvolver as nossas regiões e, portanto, continuar construindo o nosso País, de uma forma positiva.

O Senado tem feito uma tarefa fundamental, tem dado uma colaboração fundamental nas adequações das legislações, nas sugestões, nas opiniões e no acompanhamento das nossas execuções.

Portanto, eu quero agradecer por este espaço de informação, de diálogo e reafirmar o nosso compromisso com a boa execução de todas essas medidas no próximo período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Mais uma vez agradeço pela presença o Ministro Miguel Rossetto, reafirmando a importância que tem hoje a agricultura familiar para a economia do nosso Brasil. Essa importância vem exatamente do investimento que o Governo Federal fez através do MDA para que os nossos agricultores familiares realmente tivessem acesso ao crédito. Nós tínhamos antigamente uma maneira não muito agradável de dizer; antigamente, a reforma agrária era um depósito de famílias, não é, Ministro? E hoje, não.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – O agricultor não entrava numa agência bancária. Hoje entra, em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– E hoje, não. Está diferente. É exatamente em função do trabalho que faz o Congresso Nacional com o Governo Federal. Essa união, realmente, com a preocupação com a agricultura familiar, tem feito diferença.

E o trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos últimos anos, tem tido um avanço, um crescimento muito grande em sua importância para o desenvolvimento da agricultura. É claro que o Incra tem uma importância fenomenal nos assentamentos, mas agora, com o MDA, após a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós tivemos um aumento considerável de recursos para os agricultores familiares e isso tem feito a diferença no desenvolvimento do País. Tanto que o Brasil ano a ano bate recorde de produção agrícola, pecuária, bacia leiteira. E agora passa à industrialização dessas produções agrícolas. Isso tem feito a diferença no desenvolvimento, principalmente nosso, do Estado de Rondônia.

Eu agradeço a presença dos nossos convidados.

Quero dizer que a nossa Comissão de Agricultura está à disposição. Toda vez que nós pudermos ser úteis para debater a questão da agricultura familiar, nós estaremos sempre à disposição.

Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só para acrescentar, vejo que, no Senador Acir Gurgacz, está batendo saudades hoje presidindo a Comissão de Agricultura aqui do Senado. Ele foi um grande Presidente, principalmente na época do novo Código Florestal.

Ministro Rossetto e Carlos Mário, ele percorreu o Brasil fazendo audiências públicas em todos os lugares, inclusive no meu Estado, no oeste



catarinense, em Chapecó. Foi uma audiência pública com muitos participantes para discutir as teses do novo Código Florestal, sob a Presidência desse... Se ele não é, mas a senhora dele é primeira-dama catarinense. É de lá esposa dele. Então, ele tem um pouco do Estado, do Sul. De Rondônia presidindo isso. Foi muito importante. Está matando as saudades hoje.

Aliás, por sinal, hoje, no começo da noite, vai ter a inauguração de uma exposição do gado *jersey*, no sul catarinense, na cidade de Braço do Norte. É o vale verde de Braço do Norte, a bacia leiteira daquela região, com uma tecnologia, uma média de produção extraordinária. Os técnicos chegam a dizer... Por sinal, o Ministro Neri Geller é de Selbach, mas criado no meu Município. Quando fui Vereador, há 20 anos, emancipação e modelo no oeste catarinense. Os pais dele foram para lá mais tarde. Depois ele se deslocou para Lucas do Rio Verde. De Lucas do Rio Verde, acabou vindo como Deputado e, depois, Secretário-Geral do Ministério da Agricultura e, hoje, Ministro. Ele conhece o setor. Naquela região também, nós temos muitos pronafricanos. Aquela região de pequenos negócios é extraordinária. Hoje, lá, vai haver um grande acontecimento no começo da noite.

Mas é para matar as saudades que o Senador Acir Gurgacz está presidindo esta Comissão, com a presença do nosso ex-Governador, Miguel Rossetto.

A reforma agrária... Hoje, o Incra é vinculado ao MDA?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas, daí, retrata a reforma agrária.

Quer dizer, o Incra é vinculado ao Ministério, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ao Ministério, não é? *(Pausa.)*

O encarregado, como é o nome dele? Ele foi do MDA também. É um gaúcho. Presidiu o Incra muito tempo ou preside ainda. Como é o nome dele?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O Rodolfo! Ele continua ali?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ele está na FAO? Esse pessoal do MDA já foi para a FAO? Já estão no mundo!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Casildo, pelas suas colocações.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo a todos pela presença.

(Iniciada às 8 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 3 minutos.)